



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Cooperação de combate ao narcotráfico entre os Países Fronteiriços
(Brasil, Argentina e Paraguai) na Tríplice Fronteira de 1988-2013

Tiago Sant Ana Nascimento

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
Do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor Doutor Eiti Satto

Brasília

2015



RESUMO

O trabalho apresenta a cooperação dos países da Tríplice Fronteira do Cone Sul como a Argentina, o Paraguai e o Brasil no combate ao tráfico de drogas e entorpecentes a partir da criação do Mercado Comum do Sul, no ano de 1991, com o Tratado de Assunção. O fluxo de pessoas, bens e serviços entre os três países verificou o aumento no trânsito de drogas na fronteira que já existia nas cidades da Fronteira como Ciudad Del Este, no Paraguai, Foz do Iguaçu, no Brasil e Puerto Iguazu, na Argentina. Assim pela integração regional possibilitou o trabalho de criação de Acordos no Bloco e de Acordos de Combate ao Tráfico de Drogas desde o primeiro, com o Paraguai no ano de 1988 para atuar junto ao regime internacional de Combate ao Tráfico. Os acordos criaram a possibilidade de assistência mutua entre os países os quais influenciaram em ações das Policias Federais e a Secretaria Nacional Antidrogas no Paraguai e Argentina com as Polícias Nacionais desses países.

Palavras Chaves: Tráfico de Drogas, Cooperação, Tríplice Fronteira

ABSTRACT

The Paper presents the co-operation of the countries the Triple Frontier of the Southern Cone as Argentina, Paraguay and Brazil to combat drug trafficking and narcotics from the creation of the Southern Common Market in 1991 with the Treaty of Assuncao. The flow of people, goods and services between the three countries saw a rise in traffic of drugs on the border that existed in the border cities like Ciudad Del Este, Paraguay, Foz do Iguaçu, Brazil and Puerto Iguazu in Argentina. So for regional integration agreements allowed the creation of work in Block and Combat Agreements to the Drug Trafficking, from the first with Paraguay in 1988 to work with the international regime to Combat Trafficking. The agreements have created the possibility of mutual assistance between countries which influenced in shares of Federal Police and the Anti-Drug National Secretariat in Paraguay and Argentina to the cops Nationals these countries.

Key Words: Drug Trafficking, Co-operation, the Triple Frontier

1-INTRODUÇÃO

No começo dos anos 60, o governo dos Estados Unidos começa a se preocupar com o tráfico de drogas que ocorre em especial nos países de terceiro mundo, após a guerra do Vietnã com a grande explosão do uso de heroína e cocaína no ambiente internacional.

O governo Nixon em especial influenciou a discussão sobre o combate ao narcotráfico com a criação de Convenção Única de 1961, sobre o tráfico em torno das novas prioridades ao combate do tráfico (ESCOTOHADO, 1998).

O combate ao tráfico de drogas tem o ano de 1961, como importante passo para o seu enfrentamento. Esse combate foi estimulado pelo governo dos Estados Unidos da América com a Convenção Contra Drogas e Narcóticos das Nações Unidas com o compromisso que nasceu entre 74 países, em que aparece a importância da saúde mental e moral da humanidade se manteria em todos os acordos internacionais.

E o instrumento de orientação para reprimir que começou a civilizar o combate ao narcotráfico e firmar o assunto na área internacional. Como apresenta uma disposição inicial de adesão dos Estados com as seguintes inclusões no direito pátrio nas partes citadas do documento segue abaixo:

“Cada una de las partes se obliga a adotar las medidas necesarias para que la producente, preparación, posesión, ofertas en general y transporte de estupefacientes [...] se consideren como delitos, y que los graves sean castigados en forma adecuada, específicamente con penas de prisión.

“No obstante, las Partes podrán en vez de declarar culpables o sancionar penalmente a esas personas, o además de declararlas culpables o de sancionarlas, someterlas a medidas de tratamiento, educación, postratamiento, rehabilitación y readaptación social”¹ (ESCOTOHADO, 1998).

Os Estados devem adotar as medidas necessárias para transformar em crime desde a produção, transporte e distribuição e aplicar graves penas aos traficantes. E buscar aos dependentes e aos traficantes também o tratamento, reabilitação e readaptação social.

¹ “Cada uma das partes se obriga a adotar as medidas necessárias para que a produção, preparação, posse, ofertas em geral e transporte de estupefacientes [...] se considerem como delitos, e que os graves sejam castigados de forma adequada, especificamente com penas de prisão.

“Não obstante, as Partes poderão em vez de declarar culpáveis ou sancionar penalmente a essas pessoas, ou ademais de declará-las culpáveis ou de sancioná-las, submetê-las a medidas de tratamento, educação, pós-tratamento, reabilitação e readaptação social.

Após a formulação que criminalizou as práticas de venda de drogas aplicou sob instituto as concepções de novos acordos para ampliar a legitimidade, no exemplo da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Drogas e as Substancias Psicotrópicas de 1971 as condições se verão modificadas no Convênio.

A norma afeta a legislação anterior sobre estupefaciente (A convenção Única de 1961), e acrescenta ao quadro de substâncias controladas ou rigorosamente proibidas e classifica a maconha e a cocaína como substancias psicotrópicas. (ESCOTOHADO, 1998)

E posteriormente emendada com nova Convenção em 1972 que se completam e subordinam-se no plano internacional (UNODC, 2008) ². Em 1977, sob a convocação da Secretaria Geral das Nações Unidas, realizou-se a Conferência Internacional sobre o Abuso de Drogas e Tráfico Ilícito.

Em 1988, em Viena, é concluído o texto final da Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. O texto pretendeu complementar as Convenções de 1961 e 1972; em 1990 entra em vigor internacional. ”(CARVALHO, 2012)

Depois de uma década no ano de 1988, a última Convenção se estende a um regime que fortalece as medidas de controle ao tráfico com o combate a lavagem de dinheiro, amplia as matérias criminais internacionais, inclui a extradição dos traficantes e assistência legal mútua entre os Estados para uma cooperação internacional com as medidas administrativas e leis internas dos países membros.

O diploma legal ingressou no sistema jurídico brasileiro, através do Decreto nº 154 de 16 de julho de 1991³, assinado pelo presidente Fernando Collor. As três Convenções se representam pela Comissão de Drogas e Narcóticos com 53 Estados que atuam no Comitê Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) e se une ao trabalho com forças policiais no globo e as medidas relacionadas com as drogas.

O comitê da ONU recomenda, adota resoluções e medidas policiais e discute o fenômeno das drogas. Decidem também a verificação de novas

² Escritório das Nações Unidas para Crimes e Drogas

³ O Decreto nº 154 regularizou no Brasil a Convenção Contra o Tráfico de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas

substâncias em análise das mudanças e de pesquisas sobre o assunto.

O uso das convenções possibilitou aos países do globo formular em torno do comitê as próprias legislações internas que foram se aperfeiçoando no âmbito interno com a influência da chamada Guerra contra as Drogas em especial nos países da América do Sul.

O contexto internacional da chamada década das Conferências possibilita as criações de entendimentos em torno de temas de repercussão internacional ganhassem a importância necessária para o estudo do problema do tráfico de drogas e seu combate.

Isso influi na criação de um fórum de discussão do combate das drogas no globo com a criação do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e Crime (UNODC, 2008) no ano de 1997. São, resumidamente, os pilares do trabalho do Escritório:

“a) o trabalho normativo, para ajudar os Estados na ratificação e na implementação dos tratados, desenvolvimento das legislações nacionais em matéria de drogas, criminalidade, terrorismo, além de oferecer serviços técnicos e operacionais para órgãos de execução e controle estabelecidos pelos tratados internacionais; b) pesquisar e analisar as drogas e a criminalidade, com o escopo de ampliar a definição de políticas e de estratégias com base nos resultados; c) assistência técnica no intuito de aumentar a capacidade dos Estados-Membros em responder às questões relacionadas à criminalidade.” (KALIL, 2011)⁴

Em 2011, apresentou o crescimento do trabalho do UNODC na América do Sul que atinge agora a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai. Em relação ao tráfico de drogas crime organizado programou, por meio de:

- 1) monitoramento da implementação da Convenção; 2) desenvolvimento e promoção da melhor prática em ações estatais de inteligência contra os crimes organizados; 3) facilitação dos meios de troca de informação, de cooperação jurídica e assistência legal mútua entre agentes da lei; 4) determinação da forma mais efetiva para coletar dados e utilizá-los para o desenvolvimento de projetos”. (KALIL, 2011).**

No continente americano, impulsiona o aumento do consumo de drogas com as estimativas da América do Norte, existe a prevalência no uso de drogas cannabis (7,9%) e cocaína (1,3%). Na América do Sul, há a prevalência do uso de cannabis (5,7%), uso maior que a média global, e de cocaína (1,3%). Enquanto o uso de opioides na América do Sul (0,3%) e de ecstasy (0,1%) abaixo da media global. UNODC (2013).

⁴ Página do UNODC: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>

A prática de cooperação internacional na questão do tráfico de drogas no continente americano não cabe análise sem observar o desenvolvimento da estratégia dos Estados Unidos da América e a influência nas posições e ações dos países do continente. A intervenção norte-americana não é somente nas operações nos países produtores para diminuir a oferta de drogas por medidas de contenção. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

As autoridades americanas defendem as prioridades nos objetivos e o destino dos recursos ao combate ao narcotráfico por meio de avaliações da situação do consumo, entrada e aumento dos produtos nos países da América Latina. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

Nos países do Cone Sul com relação ao novo tema do narcotráfico na agenda de cooperação do MERCOSUL com as implicações sociais, políticas e econômicas ainda que a natureza internacional do fenômeno a região sul-americana ganha papel decisivo no que se refere ao consumo, trânsito e lavagem de dinheiro desse ilícito transnacional. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

Na definição de instrumentos de cooperação no âmbito do MERCOSUL tem razões como: a importância político-econômica do tráfico de drogas internacional e regional, que afetam a vizinhança e avançam na área, em segundo, nas transformações socioeconômicas, como aumento dos níveis de estabilidade macroeconômica, que causam exclusão e terceiro, a perda de importância estatal e a falta de políticas reais na região em que as nações e governos sofrem influenciam de planos externos de resposta ao tráfico. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

Esses planos sem coerência da situação, ambiente e características de todos os países da área sem aumentar o diálogo e a cooperação sobre o assunto. Na conjuntura do crescimento da influência do consumo das drogas somam a obrigação sobre o tema e as dificuldades financeiras e materiais para combater o crime internacional apresentam extrema necessidade da cooperação internacional. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

Entretanto deve observar as transformações no ambiente internacional para avaliar os fatos que proporcionam a cooperação. A região do Cone Sul participa do sistema do narcotráfico como países de trânsito⁵ e lavagem de dinheiro, mas

⁵ Os países de trânsito são países em que ocorre a passagem de drogas e entorpecentes em

sem finalidades específicas. As mudanças no tráfico ocorreram com a abertura comercial na América do Sul assim como a entrada e saída de bens e pessoas no MERCOSUL, o aumento dos mercados sem regulamentação que permitem a lavagem de valores. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

A valorização da moeda e a estabilidade favoreceram o comércio de drogas em outras moedas que impede o rastreamento para a repressão do ilícito de lavagem. Ademais a estabilidade e abertura, devido à integração de mercados por acordos bilaterais e grupos regionais, como o MERCOSUL. A integração regional não somente explica o aumento do narcotráfico, mas também o desenvolvimento do seu combate. (VAZ, E PROCOPIO, 1997).

É um fato que complica as respostas dos Estados ao tráfico com as fronteiras abertas que gera o aumento dos fluxos econômicos, finanças e pessoas que aproveitam os traficantes, de outro modo favorece as condições políticas para ações conjuntas e projetos entre nações para o combate ao tráfico, induz ao crescimento da cooperação internacional em espaços definidos e de abrangência superior a soberania e ao esforço interno. (VAZ, E PROCOPIO, 1997)

Esses países realizam entendimentos em torno do tema das drogas, desde a criação no Protocolo de Assunção, em 1990 e em 1994, no Protocolo de Ouro Preto que difunde o combate a esse ilícito transnacional no texto de ambos os Protocolos. A criação de um grupo de trabalho das polícias dos países difunde a idéia de combate ao tráfico como um problema em especial na área de fronteira.

Na Tríplice Fronteira existem muitas comunidades de migrantes em situação de dois territórios⁶. Em uma parte há o controle das fronteiras internacionais e outra parte de redes de solidariedade, comércio, política e cultura na área fronteiriça. (SOUZA, 2009).

MARCO TEORICO

FRONTEIRAS

A fronteira abrange, portanto, uma zona não delimitada rigidamente, na medida em que o limite não é de forma alguma permanente. Divide dois territórios e integram-se sempre artificialmente, mesmo com

suporte ao Tráfico Internacional de Drogas no exemplo do Brasil e Argentina (VAZ, E PROCOPIO, 1997)

⁶ A Situação de dois territórios são os chamados brasiguaios que trabalham no Paraguai e vivem no Brasil ou vice-versa em especial nas lavouras de Soja (SOUZA, 2009).

elementos naturais como linhas (MIYAMOTO, 1995, pp.169-174).

Se, em virtude da delimitação, o território dos Estados termina obrigatoriamente na linha de fronteira já não sucede o mesmo com a vida econômica no espaço contíguo denominado zona fronteira. Mesmo que existam obstáculos naturais, as regiões limítrofes de um lado e de outro formam uma fronteira, única unidade sociológica, étnica e econômica, unidade que não pode ser artificialmente negada pelos recortes territoriais.

Em qualquer hipótese são inevitáveis contatos entre os habitantes das fronteiras. Na contiguidade dos territórios estatais impõe o respeito por princípios de boa vizinhança, favorecendo um processo de cooperação mais denso do que nas relações interestatais habituais (DAILLIER et al., 2003).

Outro fator importante no marco legal, diz respeito aos acordos bi e multilaterais, visto que estes estabelecem as bases jurídicas legais para o aperfeiçoamento das relações com os países vizinhos na zona de fronteira, no sentido de promover uma maior integração econômica e social e o desenvolvimento da região. (PONTES, 2009)

Os acordos bilaterais⁷ mostram que política governamental para as regiões de fronteira tem privilegiado negociações com cada país, em lugar de criar normas gerais que regulem as interações na faixa de fronteira como um todo, sendo a geografia e os diferentes graus de interações econômicas e sociais, fatos que influenciam e evidenciam o tratamento diferenciado na legislação. (PONTES, 2009)

2-REGIME INTERNACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO

Os regimes de cooperação para o combate ao tráfico internacional de drogas observam não somente os acordos, que tem intuito de demonstrar a capacidade de sensibilidade dos países na infra-estrutura e mecanismos de repressão ao tráfico internacional de drogas. Assim os países buscam um modelo de acordo que vise identificar as dificuldades dos países parceiros, que possibilitam as reais possibilidades de confronto a esse ilícito.

De forma igual em que o regime em seu comportamento se configura em intenções de menor tempo. Esses regimes são princípios e normas, que usam o

⁷ Os acordos bilaterais são acordos de dois países em torno de áreas com temas definidos como Saúde, Educação e Segurança. (MRE, 2014)

total para incorporar um sentido de responsabilidade geral. O fator da reciprocidade⁸ nos regimes de segurança como princípio na análise de Jervis (1982, p. 357).

No momento de aceitar os interesses de menor prazo com a reciprocidade de que agentes devolvam no futuro o sacrifício, sem a responsabilidade de obrigação mediante norma específica. A reflexão de Fred Hirsch sobre amizade em que fala: "A amizade possui um elemento de troca mútua direta e nesse sentido assemelha-se a um bem econômico privado." (HIRSCH, 1976, p. 78).

Mas geralmente é muito mais do que isso. Ao longo do tempo, a 'transação' de amizade pode ser presumida, dada a sua permanência, como um benefício para ambos os lados. "A qualquer momento, contudo, é bastante improvável que a troca esteja equilibrada de maneira recíproca" (HIRSCH, 1976, p. 78).

Em que a união de princípios e normas diferencia as ações dos Estados que se governam por regimes de atividade comum na avaliação de interesses. A diferença fundamental entre normas e princípios de um lado regras e procedimento por outro, o qual tem características que o definem. Há regras e procedimentos na tomada de decisão que consistem em mesmos princípios e normas.

Enfim, as transformações em regras e procedimentos de tomada de decisão são mudanças internas dos mesmos, sem alteração desses mecanismos. Assim após o avanço na discussão dos novos atores buscaram áreas de discussão e interação em torno de assuntos comuns como paz e segurança, direitos humanos, ilícitos transnacionais e clima.

A prioridade da criação de normas, princípios e regulamentos internacionais possibilitaram a interdependência dos Estados em relação a atores não-estatais conforme aponta Krasner (1985).

Os regimes internacionais sofreram a influência das transformações em torno de novos atores internacionais que ganharam força em especial são estes atores: as organizações internacionais, indivíduos e empresas transnacionais que foram citados no livro *Power and Interdependence* (KEOHANE, NYE, 1983).

⁸ A reciprocidade como forma de concessão de benefício concedido a um Estado no ambiente Internacional (JERVIS, 1982).

Os atores internacionais colocam-se como agentes externos em relação aos Estados, pois observância de tratados e regimes internacionais não constitui hipótese das normas mudarem o comportamento individual e o interesse estatal. (LUIZ, 2008).

O projeto inicia com um simples esquema em que assumem os regimes com variáveis intervenientes localizada entre variáveis causais básicas (poder e interesses) e resultados e comportamentos. Assim, a primeira tentativa de analisar os regimes tem como pressuposto o seguinte conjunto de relações causais.

Os regimes não aparecem por espontaneidade e apresenta esse funcionamento, essas variáveis atuam sobre comportamentos e resultados. O ato independente ou autônomo é uma questão central. As causas que levam a cooperarem traduzem a necessidade real dos regimes. No entanto, sem entendimento comum e três visões diferentes são vistas.

A visão estrutural convencional que vê o regime como inútil, ou falso. A perspectiva estrutural modificada que vê a importância restrita em suas condições. E a visão grociana observa a disseminação dos regimes em uma característica a qualquer padrão do comportamento humano.

A visão de disseminação dos regimes configura a chamada Interdependência Complexa que se caracteriza por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes nações (KEOHANE E NYE, 1977). Em que os atores são atingidos, em maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos ocorridos fora de suas fronteiras e decididos por outros atores internacionais. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Os efeitos sempre geram custos para os países envolvidos. Os regimes têm dois efeitos produzidos pela interdependência: sensibilidade e o impacto nos custos que um país tem sobre a sociedade do outro, quanto maior a interdependência aumenta a sensibilidade e a vulnerabilidade que avalia o valor das alternativas para se proteger do impacto do outro. A vulnerabilidade de um país será alta quanto maior for o custo das iniciativas necessárias do efeito gerado pela interdependência (NOGUEIRA, E MESSARI, 2005).

A interdependência complexa tem três características centrais:

Existência de múltiplos canais de comunicação e negociação

a) Contato informal entre membros de diferentes agências e órgãos com os setores privados.

b) Diversidades de atores, além do corpo diplomático participam e promovem as relações externas, outros setores como burocratas empresas e organizações não governamentais.

c) As organizações internacionais têm um papel maior como arena negociadora e no incentivo a cooperação. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Agenda Múltipla:

a) A existência de diversidade de questões na agenda dos Estados que mudam as agendas tradicionais como a segurança passa para temas econômicos, financeiros e comerciais e até os novos temas no exemplo do narcotráfico, organizações criminosas, etc.

b) Observa a falta de hierarquia, entre os temas da agenda internacional, com a falta da divisão entre questões de alta política (segurança, alianças, etc.) e de baixa política (economia), com a precedência e condicionamento dos primeiros aos segundos, na interdependência complexa não existe privilegio os temas econômicos e gerais são decididos em seus próprios termos. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Utilidade decrescente da força:

a) A interdependência complexa implica um envolvimento recíproco entre os atores que não necessitam da força militar;

b) E cada vez mais difícil vincular negociações sobre questões de baixa política e a segurança;

c) O poder militar não é determinável como o dinheiro que usa nas trocas econômicas. O poder militar não pode ser utilizado para definir o resultado das negociações. Assim a definição de poder configura mais específica conforme o assunto; (NOGUEIRA, e MESSARI, 2005).

A conformidade às normas do direito internacional, de acordo com este ponto de vista, pode ser instrumental na construção de reputações líderes, aumentando suas chances de sobrevivência política. (LUIZ, 2008)

O enfoque de decisão amparado nas negociações internacionais que priorizam a tendência em que Keohane e Stein adotam em exclusividade uma perspectiva de auto-interesse⁹.

Stein coloca que: "as mesmas forças do autointeresse elaborado de

⁹ Perspectivas de Auto-interesse são em que os Estados atuam de forma cooperativa por interesses próprios o que ressalta a importância como ator central-racional (STEIN, 1982)

maneira autônoma que existem na raiz do sistema internacional anárquico também conformam a base dos regimes internacionais, entendidos como uma forma de ordem internacional [...]. Há ocasiões em que os cálculos racionais auto-interessados levam os atores a abandonar a tomada de decisões independente em favor da tomada de decisão coletiva" (STEIN, 1982, p. 316).

Stein (1982) contribui com duas circunstâncias em que as escolhas individuais sem sofrer privações cooperam entre si. A primeira ocorre quando as escolhas levam a resultados de Pareto sub-ótimos: o dilema do prisioneiro e a provisão de bens coletivos são exemplos bem conhecidos em que se refere a essas ocasiões como o dilema dos interesses comuns.

Exigem para a solução exige "colaboração", ou seja, a construção ativa de um regime que guie a tomada de decisões individuais. Essa tomada de decisão individual irrestrita pode evitar-se no alcance de resultados de desejo mutuo e que o ator depende da escolha de outros: o jogo da galinha é um exemplo notório.

A referência a situação como o dilema das aversões comuns que se resolve por "coordenação". Sem necessidade de formalizar ou institucionaliza. Deve todos concordar ao andarem do lado certo da estrada, pouco mais e necessário. (KRASNER, 2012)

Assim como Keohane e Nye (1977), Krasner considera a negociação dos regimes internacionais como o principal processo do plano internacional, e a evolução resultam das relações de poder inerente aos principais agentes no plano internacional no caso dos Estados. A negociação implica assim estabelecer os agentes que são privilegiados por determinadas regras (ROCHA, 2002, p.277).

Ocorrer que os diferentes jogos em curso no plano influenciam de forma mútua e com a característica do dinamismo. De acordo com o tema que estiverem negociando as populações das cidades e a organização internacional pode interferir de forma que terão maior ou menor capacidade de interferir nos processos. (ROCHA, 2002, p.277)

3-COOPERAÇÃO PARA O COMBATE AO NARCOTRAFICO

A Tríplice Fronteira tem o contrabando e o descaminho como parte do cenário transfronteiriço e possuem ligações com rede internacionais de comercio, possibilitam o fluxo de turistas e a presença de duas zonas francas com varias

moedas, que constitui a terceira maior zona franca do mundo depois de Miami e Hong Kong (CURY, 2011).

Ciudad Del Este abriga produtos de importação especialmente da China que vem mediante a presença de milhares de chineses que habitam a Triple Border Area (TBA). A Cidade conta com estabelecimentos formais, vendedores ambulantes. Os valores são fundamentais para a economia do Paraguai. (CURY, 2011)

Essa circulação de produto favorece a venda de armas e drogas nos aeroportos, portos e estradas. Ocorre o tráfico de drogas com as quantias pagas por essas drogas são lavadas na Tríplice Fronteira em Ciudad Del Este.

O crime organizado realiza também o contrabando de soja brasileira sem pagar imposto no Brasil em que maqueiam a soja como estrangeira. Na TBA facilita o transporte em caminhões junto com armas e drogas para o Brasil armas e drogas potencializam o contrabando. (CURY, 2011)

Assim a necessidade de buscar a cooperação pelos países fronteiriços em especial Brasil e Paraguai nota-se com a maior aproximação através da criação de acordos bilaterais e multilaterais desde a década de 1980.

“Já em 1988 foi celebrado um Acordo entre Brasil e Paraguai sobre a Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas” (RODER, 2006). No mesmo ano o acordo bilateral foi referente às Notas Reversais sobre Tráfico Ilícito de Veículos. (RODER, 2006).

Em 1993 a questão de segurança torna-se um dos temas prioritários do MERCOSUL. É estabelecido nesta data um Projeto de Acordo para a Aplicação dos Controles Integrados em Fronteiras entre os Países do Bloco. (RODER, 2006, P56, P.58)

As nações como Brasil e Paraguai, em mais de duas décadas, tomaram posições e providências com relação ao tráfico de drogas. Essas nações, no entanto padecem de incentivos na infraestrutura de transportes e comunicações, sem existir recursos humanos, para a pesquisa, tecnologia e segurança, como importantes incentivos para combater o narcotráfico.

A síntese do texto conte do acordo de Prevenção, Controle, Fiscalização e repressão de 1988 que se resume a:

A adoção de medidas administrativas para combater o incentivo do uso de

entorpecentes e das substâncias psicotrópicas e orientar as polícias e forças de repressão para a criação de políticas para fiscalizar as substâncias e a repressão do tráfico de entorpecentes.

Então os esforços conjuntos serão na prevenção do tratamento e no uso indevido com as definições da Convenção Única de 1961, assim como determina o Protocolo de 1972, a Convenção sobre substâncias psicotrópicas de 1971 e as consideradas entorpecentes dentro dos Estados. Os países atuaram para prevenir o tráfico e para recuperar os dependentes no reforço policial e na área de saúde com o aumento do orçamento.

Atuam no combate ao financiamento e a organização das atividades criminosas com maior controle sobre as matérias-primas desde a produção e inclusive dos produtos que possam beneficiar a composição das drogas. Estabelecem modalidades de comunicação direta sobre a detecção de meios de transporte aéreo, pluvial e terrestre para o transporte de narcóticos e entorpecentes na adequação das legislações internas. (UNODC, 2013)

O ato de localizar, apreender e confiscar os bens adquiridos com o resultado da produção venda e distribuição dos entorpecentes e psicotrópicos mediante a assistência mútua de ambos os órgãos policiais e de inteligência. O combate ao narcotráfico em fronteiras com a repressão em áreas de alfândega e marítima com o treinamento especial das forças policiais dos Estados com pesquisa, investigação. (UNODC, 2013)

Assim como na comunicação entre os agentes policiais e da alfândega para a restrição de entrada de produtos e atuação eficaz do Judiciário de cada país, conforme observado no texto abaixo da Convenção de Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão de 1988:

“ **As Partes Contratantes proporcionarão aos organismos encarregados de reprimir o tráfico ilícito, especialmente aos localizados em zonas fronteiriças e nas alfândegas aéreas e marítimas, treinamento especial, permanente e atualizado sobre investigação, pesquisa e apreensão de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas e de suas matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais (Ministério das Relações Exteriores, 2009).**

As Partes Contratantes trocarão informações entre si, rápidas e seguras sobre: a) a situação e tendências internas do uso indevido e do tráfico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; b) as normas internas que regulam a organização dos serviços de prevenção,

tratamento e recuperação de farmacodependentes; c) os dados relativos à identificação dos traficantes individuais ou associados e aos métodos de ação por eles utilizados; d) a concessão de autorização para a importação e exportação de matérias-primas, inclusive dos precursores e dos produtos químicos essenciais utilizados na elaboração e na transformação de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; o volume dessas operações; as fontes de suprimento interno e externo; as tendências e projeções do uso lícito de tais produtos de forma a facilitar a identificação de eventuais encomendas para fins ilícitos; e) a fiscalização e vigilância da distribuição e do receituário médico de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas; e f) as descobertas científicas no campo da farmacodependência. Com vistas à consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes Contratantes decidem criar uma Comissão Mista, integrada por representantes dos órgãos competentes, bem como dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os Estados para o estabelecimento das atribuições da referida Comissão. (MRE, 2009) ¹⁰

“No ano de 2000, Brasil e Paraguai assinaram um Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfico de Aeronaves em Atividades Ilícitas Transnacionais” (RODER, 2006) para o combate ao tráfico que se realiza mediante aeronaves na área de fronteira¹¹ que acrescenta uma nova forma de combate ao Tratado de 1988 e possibilita a expansão da validade dos acordos do MERCOSUL.

Embora o Tratado de Assunção não faça nenhuma menção especial à coordenação na área de segurança, não há dúvida de que o MERCOSUL facilitou a mudança no ambiente de segurança regional. A eliminação do potencial de conflito – mais do que a própria coordenação de políticas de defesa – tem sido o principal objetivo alcançado.

Em 1997, assina-se um Convênio de Cooperação e Assistência Recíproca entre as Administrações das Alfândegas no MERCOSUL Relativo à Prevenção e à Luta Contra as Ilegalidades Aduaneiras [...].

Ainda no mesmo ano, é assinado um Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional no MERCOSUL [...] e em 22.06.2001 foi criado no âmbito do MERCOSUL um Programa de Ação no Combate aos Ilícitos (RODER, 2006, p. 56, p. 58).

Registram-se ainda duas iniciativas importantes no campo das defense

¹⁰ Acordo de Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas assinado em 1988 entre Brasil e Paraguai (UNODC, 2013)

¹¹ Acordo citado no Apêndice A (UNODC)

related-issues¹²: a) a elaboração, em 28 de março de 1998, de um plano geral de segurança para a fronteira tríplice (Brasil, Paraguai e Uruguai), em que foi instaurado um sistema único de controle de lavagem de dinheiro, terrorismo, imigração, comércio de carros, narcotráfico e contrabando e b) criação de um sistema comum de controle e rastreamento de armas apreendidas em atividades ilícitas, como tráfico de drogas. (RODER, 2006)

Ainda em 1998, o MERCOSUL resolveu criar a Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção de seu Uso Indevido e Reabilitação de Dependentes de Drogas, com o objetivo de promover programas comuns e atividades de cooperação, e capacitação e intercâmbio de informação na temática de drogas.

Em 2000, a Reunião estabelece que a Comissão Técnica sobre Tráfico Ilícito de Drogas e Fiscalização de Substâncias Químicas Controladas, que pretende desenvolver planos e programas conjuntos e realizar operações simultâneas contra o tráfico de drogas e fiscalizar as substâncias ilegais, principalmente, em área de fronteira.

Além disso, visa promover o intercâmbio de experiências e tecnologia e desenvolver programas de investigação de forma conjunta. Outras Comissões no marco do MERCOSUL tratam da redução da demanda, da harmonização legislativa e da lavagem de dinheiro proveniente do tráfico e crimes conexos (MERCOSUL, 1998).

Em 2010, um acordo de cooperação assinado pelos países do MERCOSUL e associados prevê a criação de equipes conjuntas de investigação para enfrentar o crime organizado transnacional, reforçando a cooperação em matéria penal, que havia sido estabelecida com o Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais de 2001 (BRASIL, 2010).

No âmbito do MERCOSUL, a Decisão nº16, voltada à segurança regional, reconhece a transnacionalidade do crime como uma ameaça à segurança regional e propondo a coadunação dos esforços para o seu combate, materializado no Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do MERCOSUL (SISME) (MERCOSUL, 2006).

Tais avanços são importantes para a criação de confiança, porém em

¹²

Defense Related-Issues: Mecanismos de Defesa comum

termos substantivos, podemos observar que poucos passos foram dados no sentido de realmente criar uma visão cooperativa comum em defesa. Não obstante, a Argentina demonstra maior disposição que o Brasil em estreitar as relações de defesa na região.

3.1-BRASIL

“O Brasil, país que faz fronteiras com os três maiores fornecedores mundiais de cocaína e possui uma longa costa que proporciona fácil acesso ao Oceano Atlântico para o tráfico com destino à Europa e África, desempenha relevante papel no mercado global da cocaína tanto como país de destino quanto de trânsito. Em 2011, 54% da cocaína apreendida no Brasil tinha origem na Bolívia, país sem acesso direto ao mar aberto, 38% proveniente do Peru, e 7,5% proveniente da Colômbia (UNODC, 2013).”

O Brasil é o segundo maior mercado de cocaína das Américas com cerca de 870 mil usuários em 2006, após os Estados Unidos, que possuem, aproximadamente, seis milhões de usuários. A Argentina, terceiro maior mercado, conta com 640 mil usuários.

“Na América Latina, todos os países apresentam uma elevação da prevalência anual do uso da cocaína, com exceção do Chile, embora este esteja entre os países com as maiores taxas de prevalência na região (UNODC, 2008).”

O Brasil tem como órgãos responsáveis na negociação de tratados multilaterais e bilaterais de cooperação em drogas e substâncias psicoativas são eles: o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Justiça (MJ).

No intercâmbio de dados da inteligência policial e as operações conjuntas realizadas pela Polícia Federal em parceria com polícias de países sul americanos são amparados por acordos entre o Brasil e países vizinhos.

Esses acordos que tramitam no MRE e MJ estabelecem apoio logístico nas ações de repressão, operações simultâneas na fronteira, intensificar a cooperação técnica e inteligência, aumento do patrulhamento, fortalecimento dos pontos de controle na fronteira, programar canais seguros de comunicação policial. (BRASIL, 2013).

Os Acordos de cooperação entre Brasil e países fronteiriços, em especial os produtores de drogas, para ações de fiscalização. Em geral, os acordos possibilitam a troca de informações entre as polícias dos países, os bilaterais

propõem treinamentos e missões conjuntas para aumento da investigação de organizações criminosas.

O Departamento da Polícia Federal (PF) se subordina ao MJ, como órgão que previne e reprime o tráfico ilícito de entorpecentes, além de exercer, com exclusividade as funções de polícia judiciária da União, conforme §1º do art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 2010).

“As estratégias de enfrentamento aos crimes transnacionais pela Polícia Federal priorizam a região de fronteira; a cooperação interna, através de integração com as Forças Armadas e Polícia Estadual; a cooperação internacional, através de acordos e de intercâmbio de oficiais de ligação; o combate ao crime organizado na fronteira, através de inteligência e técnicas de investigação; e o investimento em tecnologia, com o Projeto do Centro Integrado de Inteligência Policial e o Sistema de Veículos Não Tripulados (RIBEIRO, 2013).”

Ademais de órgãos judiciários e da PF, além dos órgãos judiciários e da Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) age no levantamento de conhecimento com serviços de inteligência e forças policiais. A utilização das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas, na década de 90 era constante o termo “guerra às drogas” e a tentativa dos EUA de influenciar os países latino-americanos com seu exército no combate ao narcotráfico. (PROCÓPIO; VAZ, 1997).

A formação do Grupo 3+1 para a Segurança da Tríplice Fronteira atende um pedido que se iniciou com o Brasil dentro do próprio grupo: "Em dezembro de 2002, ocorre em Assunção um encontro da Comissão 3+1, quando é proposta a criação de um centro de inteligência regional para coordenar as atividades entre as unidades regionais de inteligência econômica, controles fronteiriços e outras autoridades responsáveis por crimes relacionados ao terrorismo" (AMARAL, 2007, p. 56).

A postura dos países da Tríplice Fronteira de reagir ao tráfico de drogas também tem sido destacada por alguns pesquisadores (RODER, 2006) para motivar a elaboração de alguns acordos no âmbito multilateral ou bilateral que antecedem o: 11 de setembro.

3.2-PARAGUAI

O Paraguai é responsável pela maior produção de erva de cannabis na

América do Sul, com 5.900 toneladas de 10.000 toneladas produzidas na região no ano de 2006. “Em 2006, na América do Sul, as maiores apreensões ocorreram no Brasil (167 toneladas), Argentina (67 toneladas) e Paraguai (59 toneladas) (UNODC, 2008).”

O comércio do lado paraguaio, em Ciudad Del Este é responsável pelo fornecimento de produtos, legais e ilegais, aos brasileiros que viajam a região. As práticas ilegais mais usualmente apontadas nessa região são: comércio de produtos contrabandeados e falsificados, tráfico de drogas, tráfico de armas e mais recentemente a suposta presença de grupos de terroristas (PROCÓPIO, 2003).

O deslocamento dessas mercadorias ocorre pela Ponte Internacional da Amizade e pelo rio Paraná e o controle fiscal e legal dá-se por uma atividade conjunta entre Brasil e Paraguai. O Tratado de Livre Comércio e União Aduaneira estabelece as normas de cooperação para o controle de armas e mercadorias.

O comércio em Ciudad Del Este é controlado por grupos de diferentes nacionalidades que ali se estabeleceram desde a ditadura do general Alfredo Stroessner. Muitos desses grupos estão associados ao organizado, com conexões por todo o mundo. Ali se encontram grupos criminosos como: Tríade Chinesa, Yakuza Japonesa, Cartéis Colombianos, Máfia Italiana e Máfia Russa. (RODER, 2005, p.22)

A atuação dos grupos criminosos apresenta outra realidade, de quem visita o lugar se como observamos anteriormente, as autoridades faz tempo tratam de combater na zona o contrabando, o centro de carros roubados, a falsificação, a pirataria, a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas, de cigarros e de armas.

Sabem chama a atenção, o nível de vida dos cidadãos da Cidade do Leste o maior centro comercial (ilícito) da América do Sul, já que se visualiza como uma comunidade luxuosa, que se percebem na intensa atividade comercial, seus prestigiosos e luxuosos bairros residenciais. (RODER, 2006)

A quantidade de bancos e casas de câmbio, todo um paraíso financeiro, evasão de impostos, transferências de dinheiro e anomalias nas transações monetárias especulativas. (RODER, 2006).

Dentro desta lógica, os dois países firmaram estratégias para combater o tráfico ilícito de drogas, bem como outros grupos organizados que atuam na fronteira. Além disso, o governo paraguaio solicitou ao presidente brasileiro linhas de financiamento para compensar as perdas pela diminuição da economia

informal no país, diretamente vinculadas aos acordos regionais. (MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008).

3.3-OPERACÕES DE FRONTEIRA

O Paraguai no exemplo do país que mais realiza operações com a Polícia Federal brasileira, mediante a sua Secretaria Nacional Antidrogas desde o final dos anos 2000. A Operação Nova Aliança um exemplo de trabalho comum que incentiva as operações em outros países desde 2008, mostrou um grande potencial, pois é um exemplo de trabalho conjunto de sucesso e serve de incentivo para a realização de operações conjuntas com outros países da América do Sul. (KALIL, 2011)

A primeira edição da Operação Nova Aliança obteve bons resultados, pois resultou na destruição de mais de 1, 125 milhão de pés de maconha em 125 hectares que produziram cerca de 390 toneladas de droga na região conhecida como “corredor da droga”, pela circulação expressiva de entorpecentes. Foram encontrados 42 acampamentos, 43 clareiras, 15 prensas, 474 quilos de sementes e 12 toneladas de droga.”¹³ (DIAS, 2013)

A apreensão de traficantes, aproximadamente de seis brasileiros presos e o prejuízo dos traficantes seja de, aproximadamente, US\$ 4 milhões com a destruição das plantações. Trinta policiais federais brasileiros participaram como observadores, contribuindo com a logística e informações de inteligência. (FENAPEF, 2008).

Até 2011, houve a destruição de aproximadamente, aproximadamente, 900 hectares de plantação de maconha no Paraguai, deixando de circular cerca de três toneladas da droga, das quais 80% teriam o Brasil como destino.¹⁴ (BRASIL, 2011).

O número crescente de plantações de maconha que foram destruídos nos anos seguintes com a realização de novas quatro edições da Operação Nova Aliança. Outras operações que aconteceram intituladas: “Aliança”, “Encruzilhada” e Liderança”, também foram realizadas e obtiveram ótimos resultados, para detalhes dessas operações. (DIAS, 2013)

“Em resposta a situação de descontrole da fronteira (estabelecida no

¹³ Operações citadas no Apêndice B (PF, 2013).

¹⁴ Operações citadas no Apêndice B(PF, 2013).

imaginário coletivo dos brasileiros), em 6 de agosto de 2012, o Governo Federal enviou uma força com cerca de 9 mil militares - equipados com helicópteros de combate, navios patrulha, aviões de caça e blindados - para a fronteira do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

O deslocamento de tropas para a "Operação Ágata 5" foi previsto para durar de 20 a 30 dias. O ministro da Defesa Celso Amorim afirmou que a operação teria como objetivo a repressão à criminalidade.

A Ágata 5 contou ainda com o apoio de 30 agências governamentais - dentre as quais a Polícia Federal - fazendo o efetivo total passar para aproximadamente 10 mil homens. O general Carlos Bolívar Goelano, Comandante Militar do Sul, afirmou que a ação reforçará a presença do Estado na fronteira com os países da Bacia do Rio da Prata. (BBC BRASIL, 2012)

Essa ampliação da atuação militar na fronteira dos três países comprova o fortalecimento da institucionalização dos tratados de cooperação de assistência da área policial para as Forças Armadas. Assim as operações de fronteira passaram a relevância do combate às drogas e sua importância declarada pelas nações da Tríplice Fronteira.

4-CONCLUSÃO

Assim a cooperação no âmbito de combate ao Tráfico de Drogas como um amplo desenvolvimento a partir do fim dos anos 80, com os primeiros acordos no ano de 1988 com o Brasil e Paraguai e posteriormente com a Argentina no ano de 1993. Essa ampliação da discussão em torno do tema aparece no Tratado de Assunção, de 1994 que oficializou a abertura do bloco regional do MERCOSUL.

A Partir da criação do bloco nota-se o aumento do fluxo de bens e serviços que propiciou um aumento do tráfico de entorpecentes nessa área que tem nas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Porto Iguazu, na Argentina e Ciudad Del Este no Paraguai o maior fluxo de mercadorias na América do Sul. Isso facilitou a cooperação dos países para o combate ao tráfico que poderão criar grupos de reuniões em torno do assunto e a Criação de Documentos que reforçavam como a Convenção 3+1. Podem aplicar a conformação de um regime internacional de combate ao Tráfico de Drogas em atuação na área de região.

O enfoque do combate ao Tráfico de Drogas na influência de fatores internacionais como a criação de um Escritório das Nações Unidas no ano de 1997 em que os países como Argentina, Uruguai e Brasil criaram órgãos

nacionais de combate ao Tráfico.

O Brasil com a maior a área de fronteira e o maior país da região exerce grande protagonismo por criar operações junto com os órgãos policiais uruguaios e argentinos e a Polícia Federal do Brasil.

As tratativas com o Paraguai foram de duração maior, pois já vem sendo realizadas operações desde o final dos anos 80, com o Acordo sobre prevenção, controle, fiscalização e repressão ao uso indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.

Esses acordos resultaram na ação policial conjunta com a chamada Operação Nova Aliança que apreendeu drogas, desde a produção como a Maconha e foram presos traficantes importantes nas continuações Encruzilhadas e Liderança.

A sucessão de operações policiais que confirmaram os termos de assistência mútua assinados em 2001 e 2003. Após a criação de novos acordos que especificam uma maior especialização em torno de assuntos como a derrubada de aeronaves e apreensão de veículos no âmbito transfronteiriço, assim a área que constitui a divisa entre os dois Estados desde a Ponte Amizade até as áreas adjacentes poderá ser abarcadas nos acordos.

A Cooperação no caso argentino com a criação de uma busca de cooperação em 2004, com as Notas de Assistência Mútua do Acordo de Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes¹⁵ e inclusive adota uma operação militar na Área como a Ágata 5¹⁶ para a atuação das forças armadas desses países no Combate ao Tráfico em que a sucessão de apreensões e prisões identificou a parceira do Exército Argentino e Paraguai.

A preocupação com a atuação dos EUA na área que colocou em cheque as ações militares atuou na prioridade de novos exercícios militares na Área. Assim a retomada da proteção dessa área de fronteira que após os anos 80 estava sob supervisão em especial das Polícias Nacionais, da Receita Federal desses países.

A atuação de Secretarias Nacionais se observa no controle de estatísticas e de estudos para o apoio das operações policiais e na criação de dispositivos como os Acordos do MERCOSUL que aplicaram na criação de uma Reunião Especializada de Combate à Produção, Transporte e Tráfico de drogas e

¹⁵ Acordo no Apêndice A (MRE)

¹⁶ Operação Militar que ocorreu na Tríplice Fronteira no ano de 2012(BBC, BRASIL).

entorpecentes que formulou e atuou em políticas comuns de combate ao tráfico.

Nos anos 2000 apareceram também a Atividade de Inteligência em especial da Agência Brasileiro de Inteligência na Área da Tríplice Fronteira para evitar a evasão de divisas, a lavagem de dinheiro que pudessem diminuir a influência do Tráfico em especial entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Leste.

Apesar dos avanços nota-se o aumento no uso de drogas que são transportadas por outras regiões próximas a Tríplice Fronteira e a necessidade de avanços no combate integrado junto com o Judiciário desses países com a detenção de criminosos, confisco dos bens e a criação de leis de eficácia no combate a lavagem do dinheiro e da corrupção policial e de autoridades publicas na área de fronteira nos três países.

APÊNDICE A – ACORDOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E PAÍSES SUL-AMERICANOS: Acordos Bilaterais Celebrados entre Brasil e Países da América Do Sul em Matéria de Drogas e Crimes Conexos

Nome do Acordo	País	Ano	Tramitação
Acordo de cooperação para a prevenção do uso indevido e combate ao tráfico ilícito de entorpecentes e Substâncias psicotrópicas.	Argentina	1993	Vigente
Acordo de cooperação para o combate ao tráfico de aeronaves supostamente envolvidas em atividades Ilícitas internacionais.	Argentina	2002	Vigente
Ajuste por troca de notas complementares ao acordo de cooperação celebrado em 1993.	Argentina	2004	Vigente
Nome do Acordo	País	Ano	Tramitação
Acordo sobre prevenção, controle, fiscalização e repressão ao uso indevido e ao tráfico ilícito de Entorpecentes e de substâncias psicotrópicas.	Paraguai	1988	Vigente
Acordo de cooperação mútua para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas Transnacionais.	Paraguai	2000	Vigente
Ajuste complementar ao acordo celebrado em 1988 para cooperação no campo da redução da demanda de Entorpecentes entre municípios fronteiriços.	Paraguai	2002	Vigente
Ajuste complementar ao acordo de 1988 para cooperação em segurança pública e enfrentamento ao tráfico De drogas e substâncias psicotrópicas e crimes conexos.	Paraguai	2011	Em tramitação

APÊNDICE B– OPERAÇÕES POLICIAIS Cooperações Conjuntas entre Polícia
Federal do Brasil e Instituições Homólogas de Países da América Do Sul no
Combate Ao Tráfico Internacional de Drogas (2000 – 2013)

Nome da Operação	Órgão/Pais	Data	Objetivos	Presos
Nova Aliança IV	SENAD/Paraguai	28/05/2013	Destruição de plantação de maconha	NI
Nova Aliança III	SENAD/Paraguai	03/05/2011	Destruição de plantação de maconha	NI
Aliança	Paraguai	05/02/2010	Erradicação das plantações de maconha em território paraguaio	0
Encruzilhada	SENAD/Paraguai	13/07/2010	Desarticulação de organização criminosa voltada à prática de tráfico	39
Liderança	SENAD/Paraguai	14/07/2010	Operação prendeu o paraguaio Carlos Cabral, então maior traficante de Maconha da América do Sul. A operação teve apoio da SENAD do Paraguai. Que prendeu o brasileiro Galeano Miranda	12
Nova Aliança V	SENAD/Paraguai	04/12/2009	Destruição de plantações de maconha na região de Ypehú, departamento de Canindeyú, Paraguai.	0

Nova Aliança II	SENAD/Paraguai	19/02/2009	Destruição de 0 plantações de maconha em território paraguaio.
Nova Aliança	SENAD/Paraguai	23/10/2008	Destruição de 6 plantação de maconha. A ação se concentrou nas regiões da Zona conhecida como “corredor da droga”, pela circulação expressiva de Entorpecentes

Bibliografia

Artigos e Monografias

AMARAL, Arthur Bernardes do. A Tríplice Fronteira e a guerra ao terror: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista no Cone Sul. *Carta Internacional*, v. 2, n. 2, p. 48-58, 2007.

CARVALHO, JONATAS CARLOS DE, A regulamentação e criminalização das drogas no Brasil: A comissão Nacional de fiscalização de entorpecentes: 1936-1946 2013.

CURY, Mauro José Ferreira. Territorialidades transfronteiriças: as interconexões socioambientais, econômicas, políticas e culturais na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad Del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR), 295-322 pp. In: *Territórios e fronteiras. (Re) arranjos e perspectivas*. Fraga, Nilson (org.). Florianópolis: Insular, 2011

DIAS, MICHELLE GALERA, *Cooperação Sul Americana no Combate ao Trafico de Drogas*, Porto Alegre, UFRGS, 2013.

KALIL, RAMIRO BAPTISTA, *O TRÁFICO TRANSNACIONAL DE DROGAS NO CONTEXTO BRASILEIRO: o impacto da globalização sobre a ação estatal brasileira e o Auxílio dos organismos internacionais*, 2011, UFRGS.

MATHIAS, Suzeley; GUZZI, André; *Novas ameaças na América do Sul: O papel do Brasil no caminho da cooperação em Defesa e Segurança*. Conferência Conjunta International Studies Association - Associação Brasileira de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://citation.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/3/8/.php>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MIYAMOTO, S. 1995. Geopolítica e poder no Brasil. In: _____. *Os “grandes temas” da geopolítica brasileira*. Campinas: Papirus.

PEREIRA CARNEIRO FILHO, CAMILO, *Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai: Transfronterização através do crime*, 2012.

PONTES, Maria Beatriz Soares. *O confronto entre espaços de liberdade e*

segurança: o território da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). In: Revista de Geografia. Recife: UFPE–DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009. Disponível em:<<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.UFPE/revista/article/Viewfile/204/1650>> Acesso em 26. fev. 2015

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 40, v. 1, p. 75-122, 1997. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.Php?Pid=S0034-73291997000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20. Mar.2014

RODER, ARIADNE, A agenda externa brasileira em face aos ilícitos internacionais: O contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai, 2009.

Matérias de jornal e revistas

BBCBRASIL,

Disponívelem:<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/08/120806_operação_frenteira_1k_ac.shtml> Matéria de 7 de agosto de 2012. Acesso em 20. Jan. 2015

Livros e Compêndios

DINH, N.Q.; DAILLIER, P.; PELLET, A. 2003. Direito Internacional Público. In: DINH, N.Q.; DAILLIER, P.; PELLET, A. Competências exercidas pelo Estado no seu território. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

ESCOTOHADO, ANTONIO, Historia de Las Drogas, Aliança, 1988.

HIRSCH, F. 1976. The Social Limits to Growth. Cambridge (MA): Harvard University

KRASNER, STEPHEN D. 1983, International Regimes, Cornell University Pres., Ithaca and London

KRASNER, STEPHEN, D. Causas estruturais e conseqüências dos regimes internacionais; *Rev. Sociol. Polit*; 20(42); 93-110; 2012-06 Scielo Brasil.

KEOHANE, ROBERT O. & NYE, JOSEPH S. 1977. Power and Independence. Boston: Little, Brown.

NOGUEIRA, JOÃO PONTES e MESSARI, NIZAR, Teoria das Relações Internas: Correntes e Debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005-15 Reimpressão.

ROCHA, ANTÔNIO JORGE RAMALHO, Relações Internacionais: teorias e agendas: IBRI, 2002.

STEIN, A. A. 1982. Cooperation and Collaboration: Regimes in An Anarchic World. International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 299-324, Spring.

Sítios de Interesse (Dados e Estatísticas)

BRASIL. Departamento da Polícia Federal. Informativo da Polícia Federal. Ano seis n. 60, [S.1], 28 fev.2015

ESCRITORIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE DROGAS E CRIMES-UNODC. Convenção única de entorpecentes de 1961. Disponível em: <www.unodc.org.br>. Acesso em: 10 de mar 2014.

_____. Convenção sobre substâncias psicotrópicas de 1971. Disponível em: <www.unodc.org.br>. Acesso em: 10 de mar. 2014.

_____. Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988. Disponível em: <www.unodc.org.br>. Acesso em 10 de mar. 2014.

MINISTÉRIO DAS RELACÕES EXTERIORES. Acordo Quadro de Cooperação entre as Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://daimre.serpro.gov.br/atosinternacionais/multilaterais/acordo-quadro-de-cooperacao-entre-os-estados-partes-do-60mercosul-e-estados->

associados-para-a-criacao-de-equipes-conjuntas-de-investigacao-2210/>Acesso em: 10 fev. 2014.

RIBEIRO, Roberto Rubem. Segurança Pública na Fronteira. Departamento da Polícia Federal-Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado. Brasília, 09 out. 2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?Sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=9&CAD=rja&ved=0cgcqfjai&url=http%3A%2F%2Fwww19.senado.gov.br%2Fsdlegetter%2Fpublic%2FgetDocument%3Fdocverid%3Da3d283a72f8649c3be789076dbc2501%3B1.0&ei=Jdh2UvWPDImUkQf_xYHYAg&usg=AFQjCNE5b9BN6DcUf53_4HoVh3VezFBA&sig2=Kux8QSIQNurJjL_U9qDm2w&bvm=bv.55819444,d.EW0>. Acesso em: 10 fev. 2015.

<http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/18120>, 2011, Acesso: 10. Mar. 2015

